



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
Estado do Rio Grande do Sul
NOVO HAMBURGO — CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



LEI MUNICIPAL Nº 245/99, de 27 de agosto de 1999.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2000 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2000 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, assim como a execução orçamentária obedecerá as diretrizes aqui estabelecidas.

Parágrafo único. As empresas públicas e as sociedades de economia mista somente receberão recursos do Tesouro Municipal através de Lei específica, autorizando a subscrição de aumento de capital ou cobertura de déficit, excetuando o pagamento de serviços prestados.

Art. 2º A elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 2000 obedecerá as seguintes diretrizes gerais, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal:

- I - o montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas;
- II - as unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o exercício em curso, a preço de julho de 1999, considerando os aumentos ou as diminuições de serviços;
- III - as estimativas das Receitas serão a preços de julho de 1999; considerar-se-ão a tendência do presente exercício e os efeitos das modificações na legislação tributária os quais serão objeto de Projeto de Lei a ser encaminhado ao Poder Legislativo Municipal até quarenta e cinco dias antes do encerramento do exercício;
- IV - os projetos em fase de execução terão prioridade sobre os novos projetos, não podendo ser paralisados sem autorização legislativa;

“Doe Sangue, Doe Órgãos, SALVE UMA VIDA”
(Lei Municipal nº 31/98, de 19 de maio de 1998)

P.L. nº 120/12-1999



- ...
- V - o pagamento do serviço da dívida de pessoal e de encargos terá prioridade sobre as ações de expansão;
 - VI - o Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino de primeiro grau e pré-escolar;
 - VII - constará da proposta orçamentária o produto das operações de créditos autorizadas pelo Poder Legislativo Municipal, com destinação específica e vinculada ao projeto.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município e o Plano Plurianual, observará a seleção de prioridades dentre as relacionadas no anexo I integrante desta Lei, e as orçará a preço de julho de 1999.

§ 1º Poderão ser incluídos programas não elencados, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo.

§ 2º No caso de ocorrer a diminuição da receita estimada, serão priorizadas as obras, projetos e atividades de caráter social nas áreas de assistência às crianças e adolescentes em cumprimento no artigo 4º da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, moradia popular, educação e saúde.

Art. 4º Os valores orçamentários serão atualizados monetariamente pela variação acumulada da UFIR (Unidade Fiscal de Referência) ocorrida entre o mês de julho de 1999 e janeiro de 2000.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal poderá firmar convênios, com outras esferas de governo, para desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, habitação e saneamento, constituindo-se projeto específico.

Art. 6º As despesas com pessoal da Administração Direta e Indireta ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da receita corrente (atendendo ao disposto na Lei Complementar n.º 96, de 31 de maio de 1999).

§ 1º Entendem-se como receitas correntes para efeitos de limites do presente artigo o somatório das receitas correntes da Administração Direta e das receitas correntes próprias da Administração Indireta, proveniente de autarquias e fundações públicas, excluídas as receitas oriundas de convênios.

§ 2º O limite estabelecido para as despesas de pessoal, de que trata este artigo, abrange os gastos da Administração Direta e da Indireta nas seguintes despesas:

- I - salários;
- II - obrigações patronais;
- III - proventos de aposentadoria e pensões.

§ 3º A concessão de qualquer vantagem ou o aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de carreira, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração Direta, autarquias e fundações, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender as proje-

...



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
Estado do Rio Grande do Sul
NOVO HAMBURGO — CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



3

...
ções de despesas até o final do exercício, obedecido o limite fixado no "caput".

Art. 7º Fica autorizada a concessão de ajuda financeira de acordo com a Lei Municipal nº 05/92, de 3 de janeiro de 1992, com alterações introduzidas pelas leis municipais nºs 27/92, de 3 de abril de 1992, e 113/93, de 21 de dezembro de 1993.

Art. 8º O orçamento anual obedecerá a estrutura organizacional, compreendendo seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município.

Art. 9º As operações de crédito por antecipação da receita, contratadas pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO,
aos 27 (vinte e sete) dias do mês de agosto do ano de 1999.


JOSÉ AIRTON DOS SANTOS
Prefeito Municipal


ROBERTO TESSMANN
Secretário de Planejamento

Registre-se e Publique-se.


OTÁVIO HENRIQUE ALVES
Secretário de Administração